



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

CT Nº

CONTRATO que entre si fazem a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a empresa \_\_\_\_\_, na forma abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601 - Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada pelo Superintendente da 4ª Superintendência Regional, Engº Agrº César Fonseca Mandarino, brasileiro, casado, portador do RG nº 238.956 – SSP/SE e CPF nº 206.807.674-87, residente e domiciliado na Avenida Adélia Franco, nº 2403, Bloco A, Apto. 1.102, CEP 49027-010, na cidade de Aracaju-SE, doravante denominada CODEVASF, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Centro, na Cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da CI nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, centro, na Cidade de \_\_\_\_\_ – Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e de acordo com autorização do Comitê de Gestão Executiva da 4ª Superintendência Regional, concedida através da Resolução Regional nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017, constante da fl \_\_\_\_\_ do Processo nº 59540.001034/2017-11, sob as seguintes cláusulas e condições:

### 1. Cláusula Primeira – OBJETO

O presente Contrato, sob o regime de empreitada por preços unitários, tem por objeto a execução dos serviços e obras civis de reforma do Edifício Sede do Distrito Irrigado de Cotinguiba/Pindoba, localizado no Município de Propriá, no Estado de Sergipe.

### 2. Cláusula Segunda – EXECUÇÃO

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e documentos a seguir mencionados, que integram e complementam o presente contrato, independente de transcrição:

- a) Proposta da CONTRATADA datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_;
- b) Edital de Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2017-4ª/SR e seus Anexos, do tipo menor preço;
- c) Documentação da CONTRATADA;
- d) Cronograma Físico e Financeiro;

Reforma Sede Cotinguiba/Pindoba



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

- e) Demais documentos contidos no Processo nº 59540.001034/2017-11;
- 2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens precedentes desta cláusula e os termos deste instrumento, prevalecerão estes últimos.

### 3. Cláusula Terceira – PRAZO

O prazo máximo para execução dos serviços ora contratados é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contado a partir da data registrada na Ordem de Serviço emitida pela CODEVASF, com eficácia legal a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

3.1. Inobstante o prazo previsto para sua execução, o prazo de vigência deste contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União

3.2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado, pela CODEVASF, se manifestado, expressamente, por escrito, pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.2.1. O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolado na CODEVASF até a data limite estabelecida para o pedido.

3.3. Eventuais prorrogações do prazo de execução somente serão autorizadas mediante apresentação, pela CONTRATADA, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.

### 4. Cláusula Quarta – VALOR

O valor global do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

- 4.1. O valor teto estabelecido na Nota de Empenho não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.2. A infringência do disposto no item anterior desta Cláusula impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.3. Eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a obras/serviços extras, deverão ser registradas por meio de Termo Aditivo. As obras/serviços extras não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser autorizadas/aprovadas pela CODEVASF.

### 5. Cláusula Quinta – RECURSOS

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da Funcional Programática 19.691.2029.8902 – Promoção de Investimento em Infraestrutura Econômica – Reabilitação dos Perímetros Irrigados do Baixo São Francisco, no Estado de Sergipe, Modalidade Reforma Sede Cotinguiba/Pindoba





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

idade de Aplicação 90,- Direta, Categoria Econômica 4 – Investimentos, e Funcional Programática 20.607.2077.20WP.0001 – Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação – NA – ND 4 – Fonte 100, com cobertura através da Nota de Empenho \_\_\_\_NE\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## 6. Cláusula Sexta – REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após esse prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial - Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificações – Código 159428, Coluna35, publicados na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \left[ \frac{(li - lo)}{lo} \right]$$

**Onde:**

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

li = Refere-se ao INCC por Edificação – Total Média Geral (base:ago 94/100), Cód. 159428 – Col.35, correspondente ao mês de aniversário da proposta;

lo = Refere-se ao INCC por Edificação – Total Média Geral (base:ago 94/100), Cód. 159428 – Col.35, correspondente a data de apresentação da proposta.

6.2. Para fins de aplicação desta cláusula, deverá inexistir culpa da CONTRATADA no descumprimento do prazo inicialmente pactuado.

## 7. Cláusula Sétima – PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços ora contratados serão efetuados em reais, mensalmente, de acordo com as medições, com base nos preços unitários propostos, e contra apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, acompanhada do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo Boletim de Medição, referente ao mês de competência, com exceção da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização, observando-se o disposto nas subcláusulas seguintes.

7.1. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

*Cy*



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

7.2. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Licitante Vencedora, da regularidade fiscal e trabalhista, sendo exigido ainda:

- a) Comprovação de recolhimento à Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (art. 31, da Lei 8.212/1991); juntamente com o relatório SEFIP / GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, da obra objeto da presente licitação;
- b) Certidões negativas de regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- d) No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CEI, conforme art. 19, inc. II c/c art. 47, inc. X, da IN 971/09 SRF;
- e) Do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária;
- f) Do ISS. Caso o município onde serão executadas as obras, não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Licitante Vencedora deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida autenticação Bancária, conforme Lei Complementar 116/2003;
- g) Folha de pagamento dos Funcionários da obra.
- h) Declaração de optante pelo Simples Nacional, quando for o caso.
- i) Declaração de opção da sistemática de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando for o caso de empresa beneficiada pela desoneração da folha de pagamento.

7.3. As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anteriormente ao do mês da emissão da NF apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da CODEVASF, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

7.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

Cy





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/1991, bem como a IN 971/09 – SRF;
  - b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
  - c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 7.5. A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação por parte da Fiscalização do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o art. 9º, do Decreto 1.054/1994.
- 7.6. A CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento das obras/serviços, a partir da qual serão observados os prazos citados nos subitem 8.1.1. e 8.2.1., para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º, do Decreto 1.054/1994.
- 7.7. Somente serão pagos os materiais utilizados ou assentados e equipamentos instalados.
- 7.8. As faturas apenas serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela CODEVASF e se não contiverem erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Licitante Vencedora para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 7.9. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços contratados.
- 7.10. Caso a Licitante Vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

- 7.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 7.12. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Contrato.
- 7.13. A Licitante Vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 7.14. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 7.15. Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 7.16. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Contrato, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$AM = P \times I$$

Onde:

**AM** = Atualização Monetária

**P** = Valor da Parcela a ser paga; e

**I** = Percentual de **atualização monetária**, assim apurado:

$$I = \left[ \left( \frac{1 + im_1}{100} \right)^{\frac{dx_1}{30}} \times \left( \frac{1 + im_2}{100} \right)^{\frac{dx_2}{30}} \times \dots \times \left( \frac{1}{100} \right)^{\frac{dx_n}{30}} \right] - 1$$

Onde:





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

$i$  = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

$d$  = Número de dias em atraso no mês “m”;

$m$  = Meses considerados.

- 7.17. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 7.18. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

## 8. Cláusula Oitava – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma “Caução de Execução” no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, **a ser integralizado previamente à sua assinatura, com validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do prazo de vigência contratual**, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.

- 8.1. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 8.2. A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula impedirá a assinatura do presente instrumento e ensejará a aplicação das penalidades previstas na legislação de regência.
- 8.3. No caso da caução de garantia em Títulos de Dívida Pública da União, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, devendo, ainda, ser comprovada sua cotação em Bolsa de Valores, mediante Certidão expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 8.4. A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 8.5. A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula impedirá a liberação dos pagamentos previstos na Cláusula Sétima.
- 8.6. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do Contrato será devolvida a “Caução de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

*Cx*





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

8.7. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

## 9. Cláusula Nona – INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS

As eventuais interrupções ou atrasos na execução das obras e serviços provocados por motivos supervenientes, independentes da vontade da CONTRATADA, conforme descrito no art. 393 do Código Civil, deverão ser comunicados à CODEVASF, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência. Neste caso, a critério da CODEVASF os dias de paralisação serão compensados por igual período ao final do prazo fixado na Cláusula Terceira deste instrumento.

9.1. Para efeito de compensação de prazo serão levados em consideração os atrasos na execução das obras e serviços, quando ocasionados pela falta de entrega, à CONTRATADA, de elementos técnicos e materiais necessários ao início ou prosseguimento dos mesmos, quando tal providência couber à CODEVASF.

9.2. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo, quando baseado em fatos não comunicados à CODEVASF, por escrito, ou por esta aceito.

## 10. Cláusula Dez – MULTA

Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa, nos valores e na forma estabelecida no item 12 e subitens, do Edital de Tomada de Preços que deu origem à contratação dos serviços.

10.1 O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa.

10.2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo.

10.2.1 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, mediante requerimento de resgate da caução de garantia, sem prejuízo de outras apenações previstas em lei;

10.2.2. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher na Unidade de Finanças da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

10.3. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ou-





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

vida a fiscalização e acompanhamento do Contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

10.3.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Comitê de Gestão Executiva da 4ª SR da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.

10.3.2. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10.4. Caso o Comitê de Gestão Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## 11. Cláusula Onze – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços caberá diretamente à CODEVASF, por meio de coordenador formalmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os serviços e obras de construção observando o Contrato e os documentos que o integram.

11.1. A CONTRATADA manterá no local dos trabalhos um livro sob a denominação de DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas por seu representante e pela fiscalização, no qual serão registradas, por ambas as partes, as ocorrências dos serviços, inclusive as ordens, podendo os registros ser consultados pelos representantes das partes interessadas.

11.2. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos locais das obras e serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

11.3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do presente Contrato. Ocorrendo esta hipótese, a Fiscalização dará conhecimento do fato à 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, responsável pela execução do Contrato.

11.4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.5. Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à 4ª Superintendência Regional, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação respectiva. Os recursos relativos a multas serão interpostos na forma prevista na Cláusula de Multa.

11.6. A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste Contrato.





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

11.7. Serão impugnados, pela Fiscalização, quaisquer serviços que não satisfaçam as condições contratuais.

## 12. Cláusula Doze – ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se à:

- 12.1. Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento da legislação fiscal e trabalhista, previdenciária e social, efetuando, por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 12.2. Requerer a exclusão da CODEVASF de eventuais lides decorrentes de reclamações trabalhistas propostas por seus empregados vinculados ao presente contrato, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
  - 12.2.1. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações trabalhistas anteriormente mencionadas, estando o contrato em vigência, tais valores serão deduzidos das medições e faturas vincendas. Não havendo créditos em favor da CONTRATADA, e na hipótese de impossibilidade de composição amigável, a CODEVASF utilizará o direito de regresso em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância.
  - 12.2.2. A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.
  - 12.2.3. A CONTRATADA se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao presente contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de retenção de faturamento até a efetiva comprovação.
    - 12.2.3.1. Para acompanhamento da exigência acima, a CONTRATADA se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar à CODEVASF a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.
    - 12.2.3.2. No quadro funcional da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto do presente contrato não poderão figurar familiares de dirigente da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis, nos termos do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
    - 12.2.3.3. Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 12.3. Pagar todos os tributos devidos em decorrência deste Contrato, sem direito a reembolso.







Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

- 12.3.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 12.3.2. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico-tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam nos preços do objeto contratual.
- 12.4. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas decorrentes.
- 12.5. Providenciar as licenças necessárias à execução do objeto contratado, ficando a seu cargo as respectivas despesas.
- 12.6. Fornecer toda a mão-de-obra, bem como todo o material necessário à execução do objeto contratado.
- 12.7. Realizar todos os serviços contratados em conformidade com as Recomendações Básicas para Proteção Ambiental.
- 12.8. A CONTRATADA não poderá subcontratar a totalidade do objeto do presente instrumento.

### 13. Cláusula Treze – RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução do objeto contratado.

- 13.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 13.2. Não serão indenizados os prejuízos à CONTRATADA que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.
- 13.3. A Contratada se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

### 14. Cláusula Quatorze – DIREÇÃO

A CONTRATADA designará um técnico, devidamente habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para o exercício da profissão, que dirigirá os trabalhos, cabendo-lhe, também, a responsabilidade técnica das fases em que atuar, ou não atuar.

- 14.1. A CONTRATADA obriga-se a promover a anotação do Contrato no CREA com jurisdição no local de execução das obras e serviços (Lei nº 6.496/1977, art. 1º), juntamente com o registro do responsável técnico pelos serviços objeto deste Contrato, conforme Resolução nº 317, de 31/10/1986, do CONFEA, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
- 14.1.1. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART citada no item anterior, devidamente registrada deverá ser apresentada à CODEVASF para juntada ao processo





Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

de contratação no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, sob pena de suspensão da execução contratual e aplicação de multa por inadimplemento.

- 14.2. Comprovante de Regularidade da Contratada e seus técnicos vinculados ao contrato quanto à inscrição e pagamento das anuidades junto ao CREA – SE (Lei nº 5.194/1966, art. 67).

### 15. Cláusula Quinze – DANO MATERIAL OU PESSOAL

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano, material ou pessoal que for causado a terceiros ou à CODEVASF, durante a execução dos serviços contratados.

### 16. Cláusula Dezesesseis – RESCISÃO

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, unilateralmente, pela CODEVASF, no todo ou em parte, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito a indenização ou retenção, independentemente de ação ou interpelação judicial, com a consequente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA, na ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, observadas as disposições dos arts. 77, 79 e 80 do mesmo diploma legal.

### 17. Cláusula Dezesete – ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.

- 17.1. A CODEVASF terá até 30 (trinta) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, e emitir o parecer conclusivo.
- 17.2. Na hipótese da necessidade de correção será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos e aprovados os serviços, a CODEVASF emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da caução contratual.
- 17.3. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.
- 17.4. A última fatura de execução somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação de pagamento.
- 17.5. O recebimento definitivo dos serviços, após a sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993.
- 17.6. Após o pagamento de todos os valores devidos à CONTRATADA, será emitido pela Unidade Regional de Finanças da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF o Termo de Encerramento Físico.





Ministério da Integração Nacional – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª Superintendência Regional

## 18. Cláusula Dezoito – PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias após aquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

## 19. Cláusula Dezenove – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem inteiramente de acordo com as condições estipuladas neste contrato, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas ao final identificadas.

Aracaju - SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

CÉSAR FONSECA MANDARINO  
Superintendente Regional

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF: